

As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?

Marcos Cordeiro Pires*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apontar o papel que a República Popular da China está exercendo no continente africano ao estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os países do continente. Após décadas de estagnação, a África está apresentando um momento de forte crescimento econômico, decorrente do intercâmbio comercial com a China. Diante disso, cabe indagar: O interesse chinês na África pode ser considerado um novo imperialismo?

Abstract

The aim of this paper is to point policy of the People Republic of China at the established trade and diplomatic relations with Africans countries. After decades of stagnation, the Continent is living a time of stronger economic growth, due its relationship with China. In the face of this situation, one question had be done? Is the Chinese interest in Africa a new imperialism?

Introdução

O continente africano é aquele em que os níveis de desenvolvimento estão em patamares mais baixos no mundo. O colonialismo, a escravidão, as guerras civis e, mais recentemente a AIDS, são flagelos que fincaram profundas raízes no Continente. A adoção de políticas impostas pelo FMI e BIRD só fizeram piorar o que já era ruim. No entanto, o desenvolvimento econômico da Rep. Popular da China tem dado um novo alento às economias africanas. A grande demanda por matérias-primas e os grandes investimentos chineses tem estimulado economias como as de Angola, Sudão, Nigéria, Namíbia, África do Sul, entre outras. Em 2006, o fluxo de comércio entre a China e o continente africano ficou em torno de 56 bilhões de dólares, com pequeno superávit em favor dos africanos. O papel central da África na política internacional chinesa pode ser comprovado pelas recentes viagens do presidente Hu Jintao (abril de 2006 e fevereiro de 2007) ou pelo Fórum de Cooperação China-África, que reuniu representantes de 48 países africanos em Pequim. Diante disso surge a seguinte questão: até que ponto o interesse chinês pode ser visto como uma janela de oportunidade aos africanos ou pode ser encarado como mais um colonialismo. Levantar elementos para responder a tal pergunta será o cerne deste artigo.

* Doutor em História Econômica – FFLCH-USP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – FFC – UNESP- Marília.

1 – O processo de descolonização e a longa crise Africana

A crise do modelo colonial europeu na África teve suas origens na crise de 1929, que levou à contração do comércio internacional, afetando de forma mais aguda os países dependentes da exportação de matérias-primas, tal qual ocorreu na América Latina. Diferentemente do que ocorreu nesta última, os países africanos não puderam iniciar um processo substitutivo de importações por conta das restrições das metrópoles, que procuravam proteger seu próprio parque industrial. Outro fator preponderante para crise colonial foi a II Guerra Mundial. Potências colonialistas como Inglaterra, França e Bélgica foram diretamente afetadas pelo conflito. A primeira viu suas energias serem consumidas em três frentes: na Europa, no Norte da África e na Ásia. França e Bélgica ocupadas pelos alemães, também perderam sua capacidade de manter impérios em ultramar. Além disso, como substrato da II Guerra, o discurso racista e colonialista se via enfraquecido por conta da derrota do nazismo e de suas teses discriminatórias no campo de batalha.

A descolonização África se beneficiou dos avanços obtidos por países asiáticos em se desvencilhar da dominação européia. A independência do Hindustão (Índia, Paquistão e Ceilão), a Revolução Chinesa e a Guerra na Indochina influenciaram os diversos movimentos de Libertação Nacional no continente africano, com destaque para a luta dos povos árabes contra o domínio europeu (Argélia, Marrocos, Egito, Tunísia e Líbia). A partir daí, os movimentos de *Libertação Nacional* procuraram agir dentro de cada colônia, ou seja, sem enfrentar os problemas decorrentes da arbitrária divisão territorial definida pelas potências imperialistas, particularmente as divisões étnicas dela decorrente. O objetivo desses movimentos era o de construir estados nacionais nos moldes dos demais países do mundo, com a definição de seu próprio território, sua própria moeda e suas forças armadas. Era uma tarefa significativa, considerando-se que a população nativa escolarizada necessária para a construção de um estado moderno se restringia a uma ínfima parcela da população, já que os governos coloniais vetavam o acesso da massa ao ensino técnico e universitário.

Soma-se a isso outra dificuldade advinha da desestruturação econômica decorrente das guerras de independência. A vitória desses movimentos, em muitos casos, ocorreu após extenuantes guerras de libertação e menos de acordos pacíficos. Ao fustigar o colonialista, acabou-se por debilitar a produção e a distribuição de mercadorias que seriam úteis após a independência. Um terceiro fator que deve ser levado em conta foram as guerras civis que se seguiram à independência. Tendo como base as rivalidades étnicas amortecidas pelo colonialismo, as guerras civis que assolaram o continente africano, particularmente a região

sub-saariana também se travestiam de guerra ideológica, ao contrapor grupos aliados da União Soviética a grupos apoiados pelos Estados Unidos e pelo governo racista da África do Sul, como ocorreu em Angola e Moçambique.

O movimento de libertação nacional da África somente seria concluído em 1990, quando foi derrubado o regime racista da África do Sul. O final da Guerra Fria trouxe um momento de esperança para as nações africanas, principalmente por conta do fim do regime de *apharteid*. Sua queda poderia significar não só a ascensão de um governo democrático naquele país, como também do final do apoio a grupos armados que fustigavam os estados vizinhos. A libertação de Nelson Mandela e a eleição de um governo do principal opositor do regime, o Congresso Nacional Africano, em 1994, seriam festejadas como um momento alvissareiro para todo o continente africano.

No entanto, a euforia durou pouco. A desilusão veio com a adoção por parte dos países africanos das políticas impostas pelo FMI e Banco Mundial, que pregavam reformas estruturais com vistas a preparar esses países para o ingresso na globalização produtiva e financeira que ganhara força com a queda da URSS. A abertura econômica levou à desestruturação de economias que já vinham cambaleando desde a independência. O país mais rico da região, a África do Sul, por conta de políticas neoliberais viu sua renda se estagnar, ao manter o câmbio valorizado e elevadas taxas de juros, tornando o país um “cassino” para o capital financeiro. Ademais, os prometidos investimentos jamais chegaram, ficando o continente à margem da globalização durante toda a década de 1990 e começo do terceiro milênio. Em 2003, o continente recebeu apenas 2% do fluxo de investimento externo direto, sendo que a maior parte foi destinada aos países produtores de petróleo (UNCTAD, 2005).

Junto à crise econômica, outras duas “epidemias” assolaram o continente: a AIDS e os conflitos étnico-religiosos. Com relação à AIDS, “*o mais recente relatório da Unaid, a entidade das Nações Unidas para luta contra Aids, afirma que existem entre 24 e 29 milhões de pessoas com HIV/Aids na região subsaariana. No mundo, a Aids representa a quarta causa de morte. Na África, é a primeira.*” (CASTELFRANCHI, 2006)

A outra “epidemia” foi (e é) a de conflitos étnico-religiosos, que surgiram em decorrência da desestruturação do poder dos estados nacionais. Em meio à miséria e sem as demandas sociais básicas atendidas, a população tende a ver num grupo específico o culpado pela situação. Frente a isso, e muitas vezes insuflados por interesses externos, grupos armados disputam o poder de forma encarniçada, como revelaram os eventos de Ruanda e Burundi, em que se defrontaram tutsis e hutus, conflito este que se alastrou para outros países em que essas

etnias são encontradas, como Uganda e República Democrática do Congo. Conflitos similares ocorrem na Nigéria, no Sudão, na Argélia, em Serra Leoa, Somália etc.

O balanço do período que vai de 1950 a 2000 é bastante dramático. A esperança depositada na independência nacional deu lugar à frustração. Os escombros de 500 anos de exploração européia são difíceis de reerguer. Para além disso, a guerra civil, a fome, as políticas econômicas impostas desde fora e por fim a AIDS contribuíram para a desilusão que se abate sobre os povos africanos. É nesse contexto que surge a nova influência da República Popular da China sobre o continente.

2- A presença da República Popular da China no Continente Africano: oportunidade ou novo imperialismo?

Na última década, a comunidade internacional vem se deparando com uma série de notícias sobre o crescimento da participação da República Popular da China - RPC na economia mundial. De fato, o crescimento médio anual do Produto, da ordem de 10% nos últimos 25 anos, impressiona por si só. A RPC tornou-se o terceiro maior “trader” do mundo, atrás de Estados Unidos e Alemanha e, ao suplantando a França e a Inglaterra, ascendeu à condição de quarta economia do planeta. Por conta disso, a RPC já é hoje o maior importador das principais *commodities* agrícolas e industriais, excetuando o petróleo, quando perde para os Estados Unidos (BBC, 2005).

A diplomacia chinesa tem se esforçado para equiparar a influência política mundial da RPC ao seu peso econômico. Pequim entrou definitivamente no circuito das visitas internacionais de inúmeros chefes de Estado. Os grandes temas que perturbam a ordem mundial têm na RPC um importante interlocutor. Por outro lado, Hu Jintao, assim como seu antecessor Jiang Zemin, tem feito diversos giros pelo mundo. Além de questão vital para a política interna chinesa - a afirmação do princípio de uma única China e a tentativa de isolar Taiwan e arrefecer seus ímpetus autonomistas - as delegações chinesas buscam ampliar as relações comerciais em áreas distantes de sua natural influência, como é o caso da América do Sul, com vistas a assegurar as bases de seu desenvolvimento econômico (PEOPLE DAILY, 2005).

Em novembro de 2006, foi realizada em Pequim a cúpula do Fórum de Cooperação África-China, que contou com a presença de 48 chefes de estado africanos, além do presidente Hu Jintao. Este foi o quinto encontro, que ocorre desde 2000, cujo objetivo é estreitar a cooperação econômica entre a República Popular da China e o continente africano.

A ampliação da presença chinesa tem se refletido de maneira expressiva na África. O intercâmbio da África com a RPC saltou de US\$ 11 bilhões, em 2000, para US\$ 56 bilhões em 2006. Merece destaque o intercâmbio com Angola, segundo maior fornecedor de petróleo à China, cujo volume do intercâmbio atingiu mais US\$ 11 bilhões em 2006. O país africano só perde para a Arábia Saudita no fornecimento de petróleo. (ver. Gráfico 1).

É importante ressaltar que do ponto de vista econômico, a África tem uma importância marginal no fluxo de comércio chinês, que concentra seus negócios com a Ásia, União Européia e Estados Unidos. Entretanto, para os países da região, a demanda chinesa tem um peso muito significativo. Do ponto de vista político, particularmente no que tange às negociações no âmbito da OMC, a RPC tem cerrado fileiras com países em desenvolvimento para pressionar os países industrializados a flexibilizar políticas protecionistas no setor agropecuário.

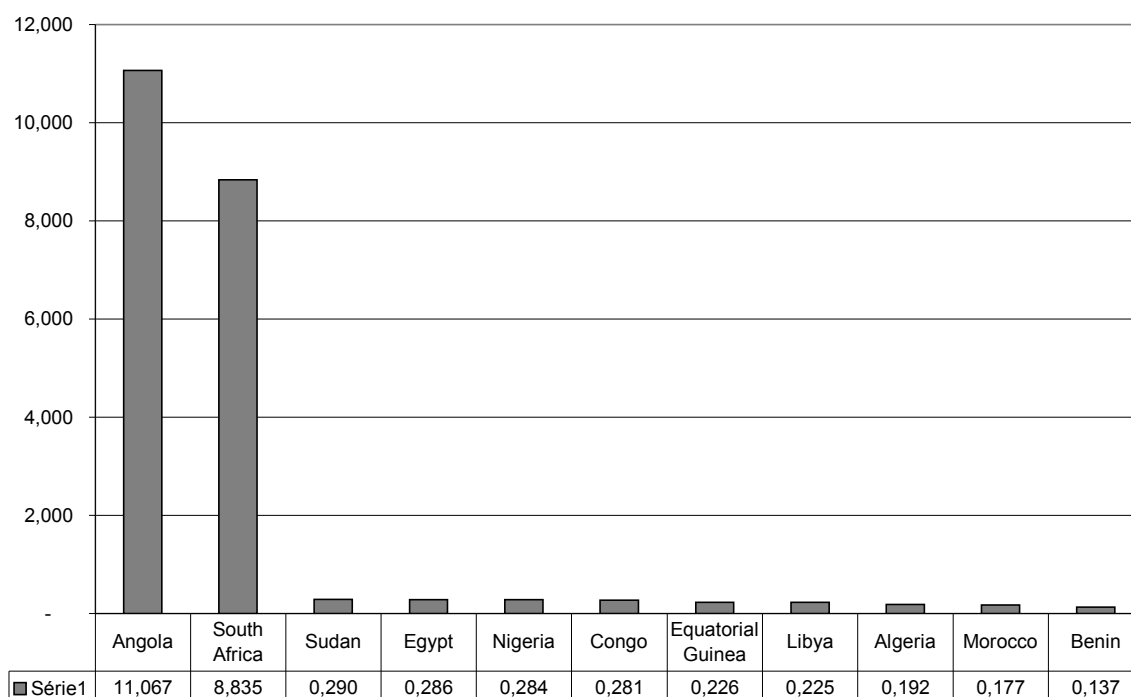


Gráfico 1 – Intercâmbio entre a China e África-Países Selecionados – jan-nov 2006. em bilhões de US\$.
Fonte: China: Ministry of Commerce. Disponível em: english.mofcom.gov.cn.

Outro aspecto que chama atenção diz respeito à participação de investimentos diretos chineses na região. O fluxo comercial com a África representar apenas 2,3 % do total da RPC. No entanto, a região se tornou um local privilegiado para o investimento direto chinês.

“O investimento estrangeiro direto da China na África cresceu 300% entre 2003 e 2004 (dados mais recentes disponíveis para comparação) quando ficou em cerca US\$ 900 milhões (quase R\$ 2 bilhões), segundo um estudo do Banco Mundial. O volume, apesar de pequeno quando comparado ao total de investimentos chineses no resto do mundo – de 45 bilhões em 2004 – continua crescendo e chegou a US\$ 1,18 bilhão (R\$ 2,53 bilhões) no primeiro semestre de 2006. ‘A China sozinha investe mais em infra-estrutura na África do que todos os países ricos juntos’, disse à BBC Brasil David Dollar, diretor nacional da representação do Banco Mundial para China e Mongólia” (WENTZEL, 2006).

A influência da RPC na África tem causado certa inquietação nos círculos de poder dos Estados Unidos e da Europa, tradicionais parceiros comerciais da região. Os empréstimos do governo chinês a países como o Sudão, submerso no conflito de Darfur, são vistos com preocupação porque tais recursos foram concedidos sem nenhuma condicionalidade, qual seja, forçar o governo de Cartoon a negociar com a guerrilha cristã que atua na região. Além do mais, acusam europeus e norte-americanos, a liberalidade dos empréstimos chineses ajuda a manter governos “corruptos” e “ditatoriais” no continente, contrariando a política de organismos como o Banco Mundial e o FMI que buscam a “transparência” no trato do dinheiro público, a chamada “boa governança”.

Já do ponto de vista de chineses e africanos, as exigências das potências ocidentais são vistas como resquícios do imperialismo. Faz parte da política chinesa a não intromissão nos assuntos domésticos e busca do ganho mútuo entre as partes. Além disso, o intercâmbio comercial tem sido acompanhado de assistência técnica em vastos campos, como saúde e infra-estrutura. É preciso recordar que a presença chinesa na África remonta à era maoísta, quando a China apoiou tanto os movimentos de libertação nacional quanto os governos surgidos após a independência. Moçambique, Tanzânia, Zimbábwe, entre outros, receberam o auxílio técnico e militar daquele país. Na última década, a China construiu 19 escolas, 38 hospitais e inúmeros estádios, com 760.000 assentos no continente (XINHUA, 2007).

As diretrizes que regem a relação entre China e África foram resumidas a seguir (HU JINTAO, 2006)

- a) Constituem princípios nas relações e cooperações sino-africanas amizade e sinceridade, igualdade e benefício recíproco, unidade e cooperação e progresso comum, ao mesmo tempo, força motriz para promover o progresso de tais relações;

- b) Amizade e sinceridade, tratamento com plena igualdade: Persistir nos cinco princípios de coexistência pacífica, respeitar o caminho de desenvolvimento escolhido segundo a vontade dos países africanos e os apoiar num fortalecimento conjunto do poderio;
- c) Benefício recíproco e prosperidade comum: Apoiar os países africanos no desenvolvimento econômico e na construção do país e manter cooperações diversificadas das áreas econômicas, comerciais e sociais e promover o desenvolvimento comum.
- d) Apoio mútuo e cooperação estreita: Reforçar com a África cooperações multilaterais no quadro da ONU, apoiar um a outro as solicitações e propostas justas e trabalhar como sempre para que a sociedade internacional preste mais atenção à paz e ao desenvolvimento da África.
- e) Aprender-se um do outro e procurar o desenvolvimento comum: Aprender-se um a outro e emprestar um do outro suas experiências tanto na administração como no desenvolvimento e reforçar a cooperação nas áreas científica, cultural e educacional a fim de apoiar-los na elevação da capacidade e encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.
- f) O princípio de uma só China constitui a base política para a China estabelecer e desenvolver suas relações com os países africanos e as organizações da região. O governo chinês aprecia o fato de muitos países africanos observarem o princípio de uma China só no mundo, não manter contatos oficiais com Taiwan e apoiar a grande causa de reunificação da pátria. A China está disposta a estabelecer e desenvolver suas relações diplomáticas com todos os países que não mantêm relações diplomáticas com a China na base do princípio de uma China.

Dentro desses princípios, a relação entre China e África tem tido impactos positivos no continente. Após ficar fora do mapa da globalização, as economias africanas voltam a apresentar dinamismo, alcançando taxas de crescimento bem acima da média mundial. A média do continente em 2005 foi de 5,2%.

Não obstante tais diretrizes, analistas norte-americanos questionam a suposta “boa vontade” chinesa ao ressaltar que o interesse chinês se restringe a obter fontes seguras de matérias-primas, particularmente petróleo, e encontrar mercados para seus produtos (bens de consumo e armamentos). Além do mais, os chineses são acusados de negligenciar o esforço internacional de conter governos despóticos e de promover a instauração de governos democráticos e estáveis (BRAUTIGAM & GAYE, 2007; PAN, 2007). De certa forma, os ocidentais procuram enxergar nos chineses o que se vê neles próprios.

Considerações Finais

Não se pode tirar conclusões de um processo em curso, ainda mais porque o período em análise é bastante curto. No entanto, após décadas de instabilidade, a economia africana vem apresentando um novo fôlego. Não se trata de intuir sobre um período de desenvolvimento econômico ou de mudança nas estruturas do país. A demanda chinesa fez reacender uma estrutura muito similar à do período colonial que estava em crise, particularmente no período pós-Guerra Fria. No entanto, há algo de diferente nessa aproximação com a China, uma vez que a cooperação tem por base a compra de matérias-primas e também a cooperação técnica em muitos campos, particularmente na formação de quadros técnicos africanos em universidades chinesas. Além do mais, os chineses não são vistos como os responsáveis por 500 anos de exploração colonial, o que por si só pode indicar um novo tipo de relacionamento, talvez bastante distinto do imperialismo ocidental.

Referências Bibliográficas

- BBC (2005). “China ultrapassa EUA como maior consumidor mundial”. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050217_chinaeuacg.shtml. Visitado em 17/02/2005
- BRAUTIGAM, Deborah; GAYE Adama (2007). Is Chinese Investment Good for Africa? Debate. Council on Foreign Relations. 20/02/2007. Disponível em: http://www.cfr.org/publication/12622/is_chinese_investment_good_for_africa.html
- CASTELFRANCHI, Yuriy (2006). A luta ímpar contra os big killers na África. Com Ciência-Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. SBPC. Nº 76 – 10/05/2006 – Disp.em : <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=13&id=114>
- UNCTAD-Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (2004). Foreign Direct Investment . Disponível em: www.unctad.org
- HU JINTAO (2006). Full text: Address by Hu Jintao at the Opening Ceremony of the Beijing Summit of The Forum on China-Africa Cooperation. Disponível em: http://en.ce.cn/subject/CAF/cafsd/200611/04/t20061104_9278126.shtml
- PAN, Esther(2007). China, Africa, and Oil. Council on Foreign Relations. 26/01/2007. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/9557/>
- PEOPLE DAILY (2005). “Diplomacia china en 2004 se desarrolla girando en torno a construcción económica”. Disponível em: <http://spanish.peopledaily.com.cn//31621/3089868.html>. Visitado em 25/08/2005.

UNAIDS (2006). Report on the global AIDS epidemic 2006. disponível em:
http://www.unaids.org/en/HIV_data/2006GlobalReport/default.asp

WENTZEL, Marina (2006). Investimento chinês na África triplicou em um ano. Disponível em
http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061102_chinaafricamarin.afn.shtml

XINHUA (2007). Minister: African people don't welcome colonists.
http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/12/content_5834982.htm